

SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO

Reunião ordinária de 25 – 11 - 2017

Ata nº 02

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	Cargo	P/F
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	
António Manuel Domingues	1º Secretário	
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues	2º Secretário	

Membros Eleitos	P/F	Presidentes de Juntas de Freguesia	P/F
José Albano Esteves Domingues	P	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	P
Manuel Luís Domingues Gonçalves	P	José Carlos Gonçalves	P
Jorge Renato Vieira Ribeiro	P	David Manuel Barbeitos	P
Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues	F	José Luís Douteiro	P
Catarina Aurora Rodrigues Mira	P	Agostinho Alves	P
Manuela Maria Cortes Lobato	P	Rui Manuel Nóvoas Pinho Gonçalves	P
Carlos Alberto Codesso	P	Edgar Fernando Barreiros Rodrigues	P
Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima	F	José da Ascensão Afonso	P
Carla Maria Esteves Lima	P	Alfredo Domingues	P
Tiago José Baleixo Lourenço	P	Amadeu Esteves	P
Manuel António Fernandes	P	Ricardo Jorge Alves	P
Carla Sofia de Abreu	P	Maximiano José Calheiros Gonçalves	P
António José Gomes Nabeiro	P	Maria de Fátima Rodrigues Sousa Táboas	P
Vânia Cristina Barros Faria Dantas	P		
Pedro João Mendes de Sousa e Silva	P		
Alexandra Cláudia de Sousa Táboas	P		
António Manuel Vieira	P		
Paulo Jorge Azevedo	F		

P-Presença F-Falta

Quando eram dez horas, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos. O primeiro secretário procedeu à chamada dos membros desta Assembleia, tendo faltado os seguintes deputados: Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues, Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima e Paulo Jorge Azevedo.

Seguidamente a segunda secretária procedeu à leitura da ata número um de 14 de outubro de 2017. Posta à votação, a mesma foi aprovada, por unanimidade.

A Presidente da Mesa da Assembleia usou da palavra para propor um Voto de Pesar pelos recém-falecidos José Augusto Pereira (ex presidente da Junta de Freguesia de Lamas de Mouro) e Hilário Trancoso (ex Deputado Municipal), o qual foi aprovado por unanimidade tendo-se, também, guardado um minuto de silêncio.

Assunto nº 5	Período de “Antes da Ordem do Dia”
--------------	------------------------------------

Aberto este período da ordem do dia, a Presidente da Mesa da Assembleia, questionou cada grupo parlamentar sobre a indicação do seu porta-voz. Pelo Grupo da coligação PPD-PSD/CDS-PP foi indicado o Deputado Municipal José Albano Domingues e pelo Grupo do Partido Socialista o Deputado Municipal Manuel Luís Gonçalves.

De seguida, solicitaram a palavra os Deputados Municipais Manuel Luís Gonçalves, José Albano Domingues, Manuel António Fernandes, Carlos Alberto Codesso e José Luís Douteiro.

Dada a palavra ao deputado Manuel Luís Gonçalves, este informou que na última reunião tinha sido constituído um grupo de trabalho para a revisão do Regimento Municipal. Esse grupo de trabalho chegou a conversar, mas por imperativos de agenda, não foi possível concluírem o mesmo, pelo que solicitou que esse ponto pudesse passar para a próxima reunião de Assembleia Municipal. Outro assunto teve a ver com a execução do Regulamento da Ocupação do Espaço Público, que está em vigor, em particular com as taxas aplicadas aos toldos, quer quanto ao seu montante, quer quanto à forma de cálculo dos coeficientes aplicados e que terão levado a algumas queixas por parte de alguns municípios. Nesse sentido interpelou o Presidente da Câmara para esclarecer se está a ser feita alguma coisa relativamente ao assunto.

Dada a palavra ao deputado José Albano Domingues, este referiu que a bancada da coligação, se congratulava com a medida implementada, de criar condições logísticas para que todos os membros da Vereação e da Câmara estejam instalados de uma forma condigna e ao mesmo nível. Outro ponto, e mais como uma opinião pessoal, teve a ver com o repensar, nos próximos anos, da marcação da data para a realização desta Assembleia, para que a mesma não coincida com o evento da – Festa do Espumante, já que será de interesse do município e de todos os melgacenses.

O deputado Manuel António Fernandes, usou da palavra, para se dirigir à Presidente da Mesa, dizendo que a mesma no mandato de 2005/2009, foi secretária da Mesa da Assembleia Municipal, o qual a felicitou durante todo o mandato pela forma como secretariou a mesma esperando que ao fim deste lhe possa fazer grandes elogios, agora como Presidente da Assembleia Municipal. Seguidamente, dirigiu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, referindo-se aos incêndios que no dia 15 de outubro assolaram o nosso concelho, não causando vítimas, nem casas ardidas, mas sim gravíssimos prejuízos na floresta pública e privada. Tudo isto, resultante das más políticas estabelecidas nas últimas três décadas.

Referiu ainda, que o concelho está a entrar numa fase acelerada de desertificação, sendo que, em alguns casos, a desertificação é quase total. Em seguida, referiu-se aos bombeiros voluntários e ao facto de estarmos no século XXI e ainda haver bombeiros sem remuneração. Por fim, questionou o Presidente da Câmara sobre se tinha algum projeto para fazer face à situação da desertificação e para criar um Corpo de Bombeiros Municipal.



Dada a palavra ao deputado Carlos Alberto Codesso, este parabenizou a todos os envolvidos, e em especial à Câmara Municipal pela Festa do Espumante, principalmente devido a uma excelente organização e cobertura por parte da comunicação social.

Por fim, foi concedida a palavra ao deputado José Luís Douteiro, que fez uma referência em relação aos incêndios, dizendo que a maior parte da floresta é privada, havendo abandono e não existindo ajudas para as pessoas fazerem as devidas limpezas.

Não se verificando mais pedidos para o uso da palavra, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara.

Este começou por se dirigir à Assembleia felicitando-a, assim como à respetiva Mesa, dizendo ser um privilégio presidir ao município que teve a capacidade de eleger uma mulher para presidir os destinos da Assembleia Municipal, o órgão máximo de uma autarquia. Sendo sinal dos tempos e esperando que esse sinal possa ser alargado a muitos órgãos e muitas outras áreas da sociedade civil do município e não só. Afirmou que neste dia - 25 de novembro - se celebra um dia marcante para a mulher - o Dia Mundial de Combate à Violência Doméstica. Cumprimentou de seguida todos os elementos da Assembleia Municipal eleitos e Presidentes de Junta que constituem a mesma, desejando um excelente mandato para os próximos quatro anos e cumprimentando o público, frisando que é desejável que as nossas assembleias tenham cada vez mais gente a assistir e participar porque este é um momento alto da celebração da política, da celebração das ideias ao nível do município.

Relativamente às questões colocadas, começou por responder ao deputado Manuel Luís Gonçalves, relativamente à questão do regulamento do espaço público. Informando que, nos últimos dias, chegou também ao executivo alguma preocupação em relação a este regulamento e à sua implementação. Um regulamento que foi aprovado, há cerca de 5 a 6 anos e que, como qualquer outro regulamento aprovado, deve ser cumprido. Por isso. Procurou-se fazer a sua operacionalização. Quando se iniciou a mesma percebeu-se que ele não estava adaptado à nossa realidade, tendo na sua composição e na tarifação, uma componente que não está adequada ao município, daí que já está em processo de arranque a revisão desse mesmo regulamento, com taxas adequadas. Referiu que na próxima reunião de Assembleia Municipal, o mesmo poderá vir já adaptado à realidade. Tendo sido ponderada a suspensão desse regulamento de forma, a que mais ninguém ao longo do resto do ano, tenha que fazer pagamentos, e por ventura, alguma pessoa que já o fez, possa também ser recercida dessas mesmas taxas. Não querendo assumir sozinho essa decisão, que terá que ser discutida com os restantes membros do executivo e rapidamente implementada.

Quanto à interpelação feita pelo deputado Manuel António Fernandes, começou por dizer que não podemos falar de desertificação quando falamos de população, mas sim de despovoamento. Realçando que quando o Deputado fala de floresta, atribui responsabilidades para aquilo que aconteceu em 15 de outubro, mas referindo que não foi só nessa altura, mas também em agosto que houve problemas. É uma questão que atravessa a floresta ao nível nacional, não sendo exclusiva de Melgaço.

É verdade que a floresta tem que ser olhada por todos de forma diferente. Tem que voltar a ser um elemento de dinamismo da nossa economia, mais do que aquilo que é. Mas isso passará por um trabalho conjugado de toda a gente, não sendo só de uma Câmara Municipal. A floresta enquanto elemento de desenvolvimento é claramente um designio de políticas nacionais. Informando ainda, que no dia anterior teve oportunidade de falar com o senhor Secretário das Florestas e do Desenvolvimento Rural, também para perceber em concreto, quais são neste momento as políticas do governo na área da floresta. Um governo que está claramente apostado em políticas novas para a floresta, em reforçar a capacidade de investimento público, técnico na floresta e em redesenhar instrumentos de trabalho e de formas de pensar as políticas locais da floresta. Falou também na criação, para a floresta, de uma estrutura de trabalho nacional, muito próxima da estrutura existente para a questão do vinho. Temos claramente de ser capazes de nos juntar, de criarmos sinergias, de criarmos forma de

olhar para a floresta de modo diferente de forma a intervir nessa mesma realidade que é importantíssima para nós, quer pela economia da madeira, quer pela economia da paisagem que nos traz aquilo que são, as características próprias do território. Deixarmos que a nossa floresta arda é descaracterizar completamente o território e aquilo que ele tem de mais importante para oferecer. Estamos empenhados nisso, não aceitando que a razão das coisas seja apenas apontada para uma Câmara Municipal.

Relativamente ao despovoamento, referiu que é verdade que é a realidade do nosso território, que é a realidade de todo Alto Minho, são razões históricas que levaram a esta realidade. Não é também com uma medida qualquer que se vai resolver esse problema. O município está a trabalhar de uma forma séria nessa questão e só não é do conhecimento se não quiserem, já foi anunciado várias vezes, em vários fóruns, que o município neste momento trabalha intensamente num projeto para a nova zona industrial. É trabalhando de forma séria e persistente que essas coisas se fazem.

Lamentou o que considerou ser a narrativa do assassinato e do apocalipse de um território chamado Melgaço, narrativa que a oposição andou a fazer ao longo dos últimos meses. Essa narrativa afetou o território e assustou gente ao longo destes últimos meses, porque alguns empresários puseram em causa, continuar no nosso território, algumas empresas que estavam a pensar vir para o território puseram em causa se vinham ou não. Para terminar, deixou o desafio de darem uma imagem mais positiva do concelho, o qual tem enormes capacidades e potencialidades, não podendo ser destruído com esse tipo de narrativas.

Seguidamente solicitou a palavra o deputado Manuel António Fernandes, desafiando o Presidente da Câmara, a que se quisesse reverter tudo o que disseram na campanha, teria que fazer algo pelo concelho, porque até hoje nada fez, e que continuariam a fazer o mesmo até prova em contrário.

Assunto nº 6	Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal.
---------------------	--

Como é de Lei o Presidente da Câmara apresentou à Mesa da Assembleia uma informação escrita, que foi enviada a todos os deputados, sobre a atividade municipal, ficando anexa à presente ata. A Presidente da mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para, se o entendesse, explicasse com mais detalhe a informação apresentada. O Presidente da Câmara apenas acrescentou que no próximo dia 18 de dezembro, estaria em Melgaço a senhora Secretária de Estado do Turismo, para fazer a apresentação de importantes investimentos muito próximo dessa área e outras. Concluída a apresentação pelo Presidente da Câmara, a Presidente da Assembleia perguntou se algum deputado quisesse mais algum esclarecimento fizesse o favor de o solicitar.

A deputada Manuela Lobato solicitou a palavra, para fazer uma apreciação geral do documento. Referindo que o mesmo se deveria cingir mais à efetiva ação do executivo, e não tanto ressaltar iniciativas da responsabilidade de outras entidades; um segundo ponto tem a ver com a atribuição de subsídios a Instituições sem fins lucrativos, louvando a iniciativa mas achando que em alguns casos estejamos a falar não tanto da atribuição de subsídios, mas do pagamento de serviços prestados, como possam ser, o caso do grupo de Gaiteiros "Rio Mouro" e do Centro Social e Paroquial de Chaviães, aqui referindo-se ao reembolso do valor que a instituição terá gasto nas obras que fez nas instalações do CAT, da responsabilidade da autarquia. Relativamente aos incêndios florestais, frisou que de facto é uma realidade que assolou o nosso país, tendo o nosso concelho também sido alvo desta situação. Entende ser positivo a audição de Juntas de Freguesia, gostaria de saber a nível da proteção civil quem foi efetivamente envolvido, questionando qual foi o diagnóstico efetuado e quais as linhas de atuação que saíram dessas reuniões.



Seguidamente foi dada a palavra ao deputado Pedro Silva, o qual apresentou algumas dúvidas. A primeira teve a ver com o Centro de Estágios e a atividade operacional do mesmo. Porque em termos de prestações de serviços, olhando para os resultados que vemos no orçamento, relativamente aos estágios das equipas estamos a falar de uma faturação à volta de 77 mil euros, num centro de estágios que fatura 843 mil euros, ou seja, nem 10% da faturação do centro de estágios está suportada no que dizem ser a sua atividade internacional. O segundo ponto tem a ver com Melgaço ter a taxa da água mais barata do Alto Minho. Não sabendo com que base foi feito este estudo, gostaria de saber como chegaram a estes números. O deputado José Albano Domingues solicitou da palavra para mostrar a sua preocupação relativamente aos incêndios. No início da sua intervenção chamou a atenção para a linguagem desapropriada, utilizada pelo Presidente da Câmara quando respondeu ao deputado Manuel Fernandes sobre esse mesmo assunto. Acrescentou ainda que a seguir este caminho nada se contribui para um trabalho com respeito como este órgão exige. Referiu que aquilo que a todos deve preocupar é o que se passa no concelho de Melgaço; sendo perfeitamente normal que seja expresso nesta assembleia ao executivo aquilo que tem ou não feito e o que poderia ser feito melhor.

Relativamente à informação, fazendo dele as palavras da deputada Manuela Lobato, referiu que tem havido movimentos no nosso município. Frisou que as campanhas eleitorais não podem ser cestos de uvas maduras onde apenas se fala bem. Os problemas têm que vir ao de cima, sendo esse o caminho para que as coisas se resolvam. Alguns já foram resolvidos. Esta informação é um relatório da atividade do executivo camarário e se o consultarmos vemos que há vários eventos que não têm uma ação direta do executivo. No que toca a execução orçamental, que continua a uns níveis muito baixos. Estamos a cerca de um mês do final do ano e continuamos com uma taxa de execução abaixo dos 30%. Outra questão que preocupa é que entre dezembro de 2016 e agosto de 2017 a dívida a fornecedores mais que duplicou.

Não se verificando mais pedidos para o uso da palavra, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, que começou por dar nota que não é intenção atacar pessoalmente quem quer que seja. Os reparos que fez, não foram pessoais, mas sobre intervenções políticas e formas de apresentar o território e a realidade do território que aconteceram recentemente. Relativamente às questões plasmadas na informação escrita, há coincidências em relação aos deputados Manuela Lobato e José Albano Domingues, quanto a dizerem que a informação procura trazer ou traz coisas que não são exclusivas da ação do executivo. Durante muitos anos a informação procurou ser mais concisa, menos exaustiva em relação ao que era a atividade que acontecia no executivo, podendo ser alterada se houver interesse e vontade por parte da Assembleia. Em resposta à questão colocada pela deputada Manuela Lobato, quanto aos subsídios às instituições. São todos subsídios, mesmo no caso concreto que apontou é claramente um subsídio. Aquilo que aconteceu foi um trabalho executado pela instituição em causa, para o qual pediu um subsídio e a autarquia atribuiu esse mesmo subsídio, que pagou já integralmente.

Quanto aos incêndios serão repensadas políticas municipais para a floresta no início do ano. Está equacionado, no orçamento, a contratação de mais um técnico na área florestal que nos permitirá uma maior concertação com as juntas de freguesia, com as comissões de baldios, e com os outros elementos presentes no terreno, como acontece no Parque Nacional Peneda Gerês.

Quanto à questão dos bombeiros, têm sido um parceiro essencial para a autarquia em todos os sentidos. Tem-se procurado ter com a corporação dos bombeiros uma relação muito estreita de colaboração ativa, para que os bombeiros tenham sempre as condições necessárias para poderem fazer o seu trabalho.

Os bombeiros Voluntários têm uma estrutura autónoma, são uma associação humanitária, que se rege por leis próprias, que tem órgãos sociais próprios. Cabe à autarquia ter uma relação de parceria ativa, para que se faça o trabalho necessário no momento ao combate aos incêndios e não só. Em resposta ao deputado Pedro Silva, quanto à questão da faturação e despesas do

centro de estágios referiu que este procura captar equipas para fazerem o seu estágio, tendo este ano havido uma procura maior. A faturação é a possível com estas equipas. Essas equipas não só deixaram dinheiro no centro de estágios como também no comércio local, alojamento e outras áreas da nossa economia. O centro de estágios tem sido a alavanca para ter uma Escola Superior de Desporto e Lazer, hoje ninguém pode pôr em causa aquilo que tem sido importantíssimo para o nosso município. Há poucos municípios com uma Escola Superior como a nossa, que cresce. Há cerca de 15 dias houve o Congresso Internacional sobre Motricidade Humana na Infância e que trouxe gente de todo o Mundo a Melgaço. Estando marcado já para o próximo ano uma atividade dessa dimensão. Para além disso, o centro de estágios tem uma fatura pesada que é o serviço social que presta. Temos cada vez mais uma capacidade maior de atrair grandes eventos, na área do Trail e na área do BTT.

Em resposta à questão colocada pelo deputado José Albano quanto à realização orçamental, informou que estamos com dificuldades este ano na realização daquilo que concerne à despesa e à receita de capital. Na verdade, não houve oportunidade, não por incapacidade do município, mas porque o atraso nas candidaturas e na aprovação de projetos não permitiram coloca – los mais cedo no terreno. Está agora a crescer em grande, com 12 obras ligadas ao ciclo urbano da água, a obra da escola, sem falar de outros projetos que estão a se desenvolvidos, isto fez com que não fosse possível, nem a realização desejável na despesa, nem a realização desejável na receita. Contrariamente aquilo que o Deputado afirmou, em relação ao que foi apresentado na última assembleia, não há praticamente diferenças. Não significa que estejamos a dever o mesmo e às mesmas pessoas, isto é dinâmico. Relativamente à questão colocada pelo deputado Pedro Silva, sobre a água, informou que os dados publicados são resultantes de estudos feitos por uma empresa, que procurou perceber qual a realidade de todos os municípios. Esse estudo revelou que o Município tem os melhores preços para água e saneamento em 10m3 (critério usado). Dando nota também, que recentemente a associação de famílias numerosas, revelou que era o melhor município do distrito com a melhor tarifa para essas famílias neste momento. Terminado o esclarecimento do Presidente da Câmara, solicitou a palavra o deputado Jorge Ribeiro para falar relativamente à informação escrita da Câmara, dando os parabéns por ser uma informação de facto bastante exaustiva. Na sua opinião começou-se a perder o efeito que se pretende com o mesmo. Conforme a lei 75 prevê que se dê mais informação escrita daquilo que foi a atividade do executivo da câmara e não do município. Sugerindo, que no futuro fosse dividida em duas partes: a ação do executivo e tudo aquilo que acontece no município.

A deputada Manuela Lobato, voltou a pedir a palavra, para solicitar se haveria a possibilidade de lhe ser remetido, nos próximos dias, os documentos que atestam, realmente, os pedidos de subsídios nos casos referidos anteriormente. O presidente da Câmara informou que não haveria problema.

Assunto nº 7	Eleição do(s) Presidente (s) de Junta para integrar a Comissão de Defesa da Floresta
---------------------	---

A Presidente da Assembleia informou que de acordo com a b) do artigo nº3 do D.L. 124/2006 de 28 de junho, podem ser indicados até cinco presidentes de junta para integrarem a referida comissão. De seguida perguntou se algum membro da Assembleia tinha alguma proposta de representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão da Defesa da Floresta

Em representação do grupo do Partido Socialista, o Deputado Manuel Luís Gonçalves, apresentou à mesa a seguinte proposta:

- José da Ascensão Afonso (Presidente da Junta de Freguesia de S. Paio)
- Ricardo Jorge Alves (Presidente da União de Freguesias de Parada do Monte e Cubalhão)

- Alfredo Domingues (Presidente da União de Freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro)

A Presidente da Mesa colocou à votação, pelo método de escrutínio secreto, no entanto solicitou da palavra o deputado Jorge Ribeiro, referindo que pelo adiantar das horas e por ter sido proposta uma lista única e se ninguém se opusesse, se a votação poderia ser de braço no ar. Não havendo quem se opusesse, a Presidente da Mesa, procedeu de imediato à votação, pelo método de braço no ar, tendo sido a proposta aprovada por unanimidade. Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia, propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº 8	Eleição da Comissão de Toponímia
---------------------	---

A Presidente da Assembleia informou que o regulamento já foi aprovado em fevereiro e que houve alterações quanto à composição da comissão (artigo 6º do regulamento), que passou a ser de um elemento da Assembleia Municipal.

De seguida, perguntou se algum membro da Assembleia tinha alguma proposta de representante da mesma para integrar a Comissão de Toponímia. Em representação do Grupo do Partido Socialista, o deputado Manuel Luís Gonçalves, apresentou à mesa a seguinte proposta:

- António Nabeiro (efetivo)
- Carla Lima (suplente)

Não havendo mais propostas. Pediu a palavra o deputado Manuel António Fernandes, para solicitar que a votação fosse de braço no ar, por uma questão de economia de tempo, o mesmo referiu o deputado Jorge Ribeiro, aproveitando para justificar qual seria a posição do seu grupo em relação a esta votação, uma vez que não fazem parte da lista apresentada.

De seguida a Presidente da Assembleia levou a proposta a votação, pelo método de braço no ar, tendo sido aprovada por maioria, com 6 abstenções do Grupo da Coligação PPD-PSD/CDS-PP.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia, propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade

Assunto nº 9	Análise e Aprovação do Regulamento Municipal de Trânsito e Estacionamento.
---------------------	---

A Presidente da Assembleia referiu que, nos termos da competência conferida pela alínea g) do nº1 do artigo 25º da Lei 75/2013 cabe a esta Assembleia a análise e aprovação deste Regulamento. Assim, questionou se alguém queria usar da palavra. Foi dada a palavra ao deputado José Albano Domingues, que referiu que teve o cuidado de dar uma leitura ao documento, sabendo que o mesmo está a ser feito por uma comissão de trabalho. O qual deve ser analisado com tempo, pelo que propôs que a mesma fosse enviada com mais tempo para se poder fazer uma análise mais cuidada. Baseado nessa leitura questionou se a base de dados no (art.º 8) que disciplina o trânsito se já está constituída ou pensada. Entendendo que este regulamento é interessante, perguntou senão será um princípio para se pensar numa polícia

municipal ou no estabelecimento de um protocolo com as autoridades que permita, fiscalizar e executar o regulamento, caso contrário, pode não sair do papel.

Mostrou preocupação quanto ao princípio da proporcionalidade, que deve estar sempre subjacente, isto quanto ao (artº43, nº2) na previsão das coimas que estão aplicadas a essas contra - ordenações. Não lhe pareceu que o documento tenha o rigor que deve ter, porque no (artº43 nº5) também se prevê uma coima, uma previsão que remete para a alínea K do nº1, e se vamos ao nº1 não existe alínea K.

A Presidente da Mesa, deu a palavra ao Presidente da Câmara para, se assim o entendesse, esclarecesse mais um pouco relativamente ao assunto, tendo o mesmo referido ser urgente aprovar o Regulamento. Há muito tempo que é pedido pela população, pelos comerciantes e outros interessados, que se façam algumas alterações no sentido do trânsito e também no estacionamento. São as duas áreas mais delicadas, às quais juntaria a sinalização. Portanto estarmos a atrasar mais ainda, essa possibilidade de intervenção, parece não ser adequada. Procurou-se que esse regulamento fosse feito de forma adequada e por isso para além da capacidade técnica da câmara, procurou-se juntar também vários representantes quer da associação empresarial, dos bombeiros, das forças policiais, da escola de condução, das juntas de freguesias, das várias áreas, a discutir connosco este regulamento e a trazerem os contributos que acharam importantes. Resultou um documento que pode realmente ter um ou outro erro, como focou da alínea K, acreditando que fosse erro de digitalização.

O deputado Jorge Ribeiro sugeriu que se pudesse aprovar o documento e ser revisto para a próxima reunião.

Para terminar usou da palavra o deputado Manuel Luís Gonçalves para solicitar aos elementos que forem eleitos a análise do documento e as correções necessárias.

A Presidente da Assembleia pôs o assunto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 6 abstenções do Grupo da Coligação PPD-PSD/CDS-PP.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia, propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº10	Eleição dos representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Trânsito e Estacionamento
---------------------	--

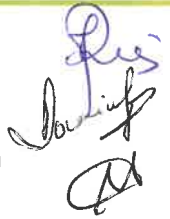
A Presidente da Assembleia, informou que para essa eleição, deve-se indicar dois elementos da assembleia, sendo um deles presidente de junta (artigo 5º do capítulo I do Regulamento Municipal de Trânsito e Estacionamento). De seguida, questionou se alguém tinha alguma proposta a apresentar. O deputado Manuel Luís Gonçalves, do grupo do Partido socialista, apresentou a seguinte proposta:

- Maria de Fátima Rodrigues de Sousa Táboas- (Presidente da U.F.Vila e Roussas),
- Tiago Lourenço.

O deputado Jorge Ribeiro usou da palavra para manifestar que achava que, como tem acontecido até à data, deveria ser feita uma lista conjunta, de forma a integrar um elemento de cada uma das bancadas. Estando à espera que isso fosse respeitado. Não sendo assim, questionou a Presidente da Mesa que se fosse apresentada também uma lista, se a votação seria por método Hondt. A Presidente da Mesa informou que a votação seria nominal, por voto secreto.

Por solicitação dos presentes, a votação foi pelo método de braço no ar, tendo a Lista apresentada sido aprovada por maioria, com 6 votos contra do Grupo da Coligação PPD-PSD/CDS-PP.

O deputado Jorge Ribeiro informou a mesa, de que apresentariam uma declaração de voto.



Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia, propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade

Assunto nº11	Clarificação da redação do Quadro de Benefícios Fiscais da ARU
---------------------	---

A Presidente da Assembleia informou que a ARU já foi aprovada em Assembleia Municipal em setembro, contudo verificou-se que faltava a explicação de que a redução era concedida após a isenção e por igual período de cinco anos. Esta clarificação deve constar e deve vir novamente a aprovação a esta Assembleia. De seguida perguntou se alguém queria usar da palavra. Não havendo nenhum pedido da palavra, foi proposta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia, propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº12	Informação Interna relativa à Lista de Prédios Urbanos Degradados no Concelho de Melgaço
---------------------	---

A Presidente da Assembleia referiu que é uma obrigatoriedade estabelecida pelo nº8, do artigo 112 do Código do Imposto sobre Imóveis, CIMI, que determina uma majoração até 30% dos prédios urbanos degradados e submetido à Assembleia Municipal, pelo uso da competência que lhe confere Lei 75 de 2013. Seguidamente, a Presidente da Assembleia, deu a palavra, se assim o entendesse, ao Presidente da Câmara, o qual não se quis pronunciar. Solicitou da palavra o deputado Jorge Ribeiro, para dizer que teve informação que algumas dúvidas foram levantadas na reunião da câmara municipal e que não terão sido esclarecidas. Falando-se de uma majoração prevista no quadro do IMI para os prédios que por estarem degradados, ou seja, aqueles que não estão capazes de desempenhar a função para o qual foram construídos, ou que ofereçam riscos para a segurança de pessoas ou bens. Temos uma lista extensa de prédios que nos levanta algumas questões: a primeira das quais, como é que este levantamento foi feito, se foram envolvidas as Juntas de Freguesia, se foram sinalizados casos por alguma junta de freguesia, alguma entidade local, ou se foi um técnico que fez esse trabalho. Existem, ainda, vários prédios que têm à frente uma legenda, feita pelo técnico que o verificou dizendo que são prédios com condições de habitabilidade, esta é logo a segunda questão que se levanta: como é que um prédio com condições para habitabilidade, não tem condições de habitabilidade ou oferece risco para as pessoas e bens. Não menos importante, diz que existem vários prédios que foram reconstruídos, mas não têm licença. Isto parece descabido, se o prédio foi reconstruído, o facto de ter a licença ou não, nada tem a ver com o artigo referido no CIMI. A informação prévia ao documento não explica como é que chegou a esta listagem. Pela importância do mesmo devemos ser mais criteriosos e termos informação suficiente para podermos votar.

Tomou da palavra, o deputado Manuel António Fernandes, para dizer que tudo isto tem a ver com a despovoação, há pessoas que com certeza já nem vivem cá, nem tem condições para pagar essas obras, exceto aqueles que estão em risco de cair para a via pública. Desafiando o executivo, já que fez este levantamento de prédios degradados, que fizesse também um levantamento total das estradas do concelho.

Solicitou da palavra o deputado Manuel Luís Gonçalves para fazer um breve comentário quanto às intervenções que foram suscitadas sobre este ponto. Começando pelo ponto de como esse levantamento foi feito, supondo que todas as entidades foram ouvidas: presidentes da junta, instituições de proximidade com os cidadãos.

Quanto à classificação, foram levantadas algumas questões, nomeadamente, quanto a uma aparente discrepância entre o estado real de alguns prédios e a sua classificação. É naturalmente possível isso acontecer, estando-se a falar de classificações em termos de aptidão do expropriador, independentemente do estado de degradação ou não, estando-se a falar da afetação do solo. Não parecendo que haja qualquer contradição nesse tipo de classificação. Outros dos exemplos que foi dado, foi o dos prédios reconstruídos, mas sem licenciamento de construção ou de utilização, também não parecendo que possa haver qualquer contradição na medida em que isso é possível acontecer, se por exemplo a licença estiver caducada.

Voltou a usar da palavra o deputado Jorge Ribeiro, para dizer que eventualmente, não terá sido claro nesta matéria. Um terreno para construção, é de facto uma parcela de terreno que permite, que ali haja construção pelas regras estabelecidas no território. Estamos a falar de um terreno que seja rústico urbano. Só se fala em majoração para prédios urbanos. O que o legislador pretende, é que, os edifícios que ofereçam perigo ou que estejam degradados sejam afetados, e com isto incentivar a regeneração urbana.

Seguidamente, usou da palavra o deputado José Albano Domingues, para referir que têm conhecimento concreto, de situações de prédios que estão efetivamente degradados e nalguns casos necessitam de medidas mais agressivas do que as que estão elencadas, e não estão na lista. Referiu que não podemos pensar que um terreno de construção ofereça algum tipo de risco, a não ser que esteja por limpar, mas é outra área de intervenção. Este tipo de prédio não pode constar desta lista. Mesmo os prédios que estão em reconstrução, também não deviam constar desta lista, se pretendemos fomentar a recuperação, estamos aqui a dar um sinal contrário aos proprietários que têm essa iniciativa, que é aquilo que não se pretende, estar a penalizar as pessoas que estão a fazer um esforço para a reconstrução.

A Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Presidente da Câmara para, se o entendesse, esclarecesse algum ponto com mais detalhe da informação apresentada. O mesmo usou da palavra para dizer que relativamente à construção da lista, que não é a primeira vez que vem a este órgão, é uma lista que todos os anos é atualizada, para ir à reunião de Câmara primeiro e depois ir à reunião de assembleia. Deu nota que esta lista procura respeitar integralmente, os critérios estabelecidos na Lei e o espírito do legislador.

Todos os prédios constantes na lista, são prédios que foram visitados, dos quais existe suporte documental, para que estejam presentes nesta lista. Todas estas situações são objeto de documentação fotográfica, para que se possa fazer a atualização. Admitindo que possa haver um ou outro prédio, que não conste dessa lista. Se existe alguma lacuna nesta listagem, procuraremos em anos posteriores, fazer esta reflexão.

O deputado Jorge Ribeiro, voltou a usar da palavra para dizer que não duvida em relação ao que o senhor Presidente diz. Deveria constar algo mais da informação no documento enviado.

O ter licença ou não é absolutamente irrelevante. Se o prédio tem condições de habitabilidade, foi reconstruído e porque não tem licença, está nesta listagem.

O deputado Manuel Luís Gonçalves usou da palavra para dizer que não vê onde esteja a contradição neste prédio. Está-se a falar da classificação de um prédio em condições de habitabilidade, por isso terá sido remetida uma licença para reconstrução e que, entretanto, terá caducado. Por isso o prédio estava degradado. Retomou a palavra o Presidente da Câmara para reforçar que as coisas são feitas com absoluto rigor.

Não havendo mais intervenções a Presidente da Assembleia propôs este assunto a votação, tendo sido aprovado por maioria, com 6 votos contra do Grupo da Coligação PPD-PSD/CDS-PP.

O deputado José Albano Domingues informou que irão apresentar declaração de voto.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia, propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade



Assunto nº13	Deliberação sobre a proposta da Câmara Municipal, relativamente à designação de Fiscal Único na Empresa Municipal Melsport, Desporto e Lazer E.M.
---------------------	--

A Presidente da Assembleia informou, que nos termos do nº3, do artigo 26º do D.L. 50/2012, de 31 de agosto, a Assembleia municipal designa o Fiscal Único na Empresa Municipal Melsport, Desporto e Lazer.

De seguida, deu a palavra ao Presidente da Câmara, o qual, informou que é necessário fazer a alteração do fiscal único. Daí ter vindo à Assembleia para ser aprovado. O deputado Jorge Ribeiro, solicitou da palavra para dizer que gostariam que as propostas fossem mais alicerçadas, questionando o porquê desta opção, se foram feitas outras consultas; currículos. Já que estão mais uma vez a dar um voto de confiança.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação, tendo sido aprovado por maioria, com 5 abstenções do Grupo da Coligação PPD-PSD/CDS-PP.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia, propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade

Assunto nº14	Adjudicação da contratação de auditor externo (revisor oficial de contas) para prestação de contas do ano 2017.
---------------------	--

A Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Presidente da Câmara, que informou que todos os anos, tem que se contratar um ROC (revisor oficial de contas), para fazer um acompanhamento das contas do município de 2017.

A Presidente da Mesa, colocou o assunto à votação, tendo sido a proposta aprovada por maioria, com 6 abstenções do Grupo da Coligação PPD-PSD/CDS-PP.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia, propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº15	Revisão Orçamental nº4, no valor de 554.00 euros
---------------------	---

A Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Presidente da Câmara, que informou este ano fizeram aquisição de um novo equipamento para topografia, o que já existia estava com problemas e no âmbito dessa aquisição, houve a retoma do equipamento antigo no valor de 554.00, e como não estava inscrita a rubrica no orçamento, para fazer essa retoma era preciso trazer esta retificação orçamental.

A Presidente da Assembleia, questionou se alguém queria usar da palavra, tendo-o solicitado o deputado José Albano Domingues, para dizer que no quadro de pessoal da Câmara constava um topógrafo. Questionou o Presidente da Câmara se esse lugar já foi preenchido; qual o preço da aquisição do equipamento novo, se houve o cuidado de não apenas aceitar esta proposta, mas auscultar se este valor para o município é minimamente justo.

O Presidente da Câmara, em resposta às questões colocadas pelo deputado José Albano Domingues, informou que o topógrafo por mobilidade (ainda é funcionário da Câmara) mas está na Câmara Municipal de Monção. Acreditando que será resolvida a breve trecho essa mobilidade. Neste momento não existe topógrafo, o que não impediu a aquisição do equipamento que já estava prevista antes da sua mobilidade. Quanto à aquisição, à justeza ou não do valor da retoma do equipamento antigo, que já não estava em condições de

funcionamento, é claro que quando se faz um negócio se procura fazer da melhor maneira, se houve coisa que trabalhámos no mandato anterior foi a clareza nesta questão das compras. Apostamos no rigor quanto à aquisição dos equipamentos. Sem dúvida, que a equipa de aprovisionamento, fez o melhor trabalho no sentido de acautelar o interesse da Câmara Municipal. Quanto ao valor da aquisição do novo equipamento anda à volta de 24 mil euros. Foram consultadas várias empresas para a aquisição, a retoma estava dentro do processo de aquisição e com certeza que esta foi a melhor oferta que foi feita.

A presidente da Assembleia levou o assunto a votação tendo sido aprovado por maioria, com 6 abstenções do Grupo da Coligação PPD-PSD/CDS-PP.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia, propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº16	Empréstimo a curto prazo para o exercício económico de 2018
---------------------	--

A Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Presidente da Câmara para, se o entendesse, esclarecesse algum ponto com mais detalhe da informação apresentada. O Presidente da Câmara começou por referir, que como em anos anteriores procurou-se sempre ter uma almofada de tesouraria, que é o empréstimo a curto prazo, dando nota que nos anos anteriores não houve necessidade de utilizar esta almofada financeira, mas é importante que exista, principalmente no próximo ano, já que vai ser um ano de grande investimento por parte da Câmara Municipal. Daí se fazer uso deste instrumento, que é ter um empréstimo a curto prazo de 600 mil euros, cujo relatório final é apresentado também como um instrumento de trabalho para a Câmara Municipal. Seguidamente o deputado José Albano Domingues usou da palavra para, salientar que não duvidam que a contração do empréstimo a curto prazo possa ser um instrumento para fazer face a situações pontuais de tesouraria, ou à sazonalidade de receitas que tem invocado como justificativo para a contração deste empréstimo, sabendo que é um empréstimo que tem que ser liquidado até ao final do exercício. Mas como referiu o senhor Presidente, o próximo ano vai ser necessário para fazer face a despesas com investimento. Estamos também na ordem do dia para discutir e aprovar o orçamento e entende que estas coisas têm que ser vistas e contempladas a tempo e horas, não podendo concordar com a contração do mesmo. Na sua perspetiva, demonstra que o planeamento não foi o melhor. Já se sabia de antemão que, há receitas que é o caso do IMI e também as provenientes do parque eólico que não têm este carácter regular ao longo do ano. Isto não é um motivo justificativo, para a contração do empréstimo e entendendo também que não se pode conceber a contração do empréstimo como instrumento de gestão. Acrescentou, ainda, que o senhor Presidente da Câmara referiu anteriormente que prima pela contenção de custos, saneamento financeiro e rigor nas contas, não fazendo sentido a contração de empréstimos, quer seja a curto ou longo prazo.

Em resposta o Presidente da Câmara, referiu que qualquer empresa, precisa muitas vezes de ter apoio à tesouraria, as empresas têm aquilo que se chama de contas calcinadas, a descoberto. Qualquer empresa neste país, precisa desse apoio. Na informação inicial, já referira que a Câmara tem tido esta cautela, de ter sempre esta almofada financeira. Só em 2015 utilizou um valor próximo dos 100 mil euros, durante um período que foi de um mês. Por muita gestão que se tenha não se consegue saber se em 2018, haverá ou não necessidade da sua utilização.

O deputado José Albano usou novamente da palavra, referindo que não via necessidade de se aprovar a contração de um empréstimo que pode não ser utilizado.

Retomou da palavra o Presidente da Câmara, para dizer ao deputado José Albano, que muitas empresas no geral recorrem a este tipo de instrumentos e que não faz qualquer sentido a autarquia também não o faça. Quanto ao dizer que é contraditório, como referiu quando contratualizamos este instrumento não temos despesas se não utilizamos, não é crédito para

gastar em gestão corrente, mas crédito para gastar pontualmente se for necessário no investimento.

A Presidente da Assembleia levou o assunto a votação tendo sido aprovado por maioria, com 6 abstenções do Grupo da Coligação PPD-PSD/CDS-PP.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia, propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº17	Aprovação do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS)
---------------------	---

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, para, se o entendesse, esclarecesse algum ponto com mais detalhe da informação apresentada e enviada aos Deputados Municipais. No uso da palavra o Presidente da Câmara, explicou que é um instrumento que já existe há alguns anos tendo agora sofrido algumas alterações no sentido de aumentar o contributo no apoio às famílias, concretamente no incentivo à natalidade, que este ano para além do incentivo existente até agora, acrescentou-se um valor de 600 euros, para utilizar nos primeiros 6 meses, desde que as famílias façam compras de bens essenciais para a criança, no comércio local. Quanto ao apoio à infância, também sofreu uma adaptação, isto porque, a segurança social fez uma atualização dos valores a pagar na creche, por isso foi criada uma nova regra, de apoiar as famílias das crianças que pagam até 75 euros, as que pagam acima deixarão de ser apoiadas. Mantém-se o incentivo à formação; os auxílios económicos; o apoio aos jovens na edificação ou reabilitação de moradias para habitação própria; mantemos o apoio às famílias numerosas no âmbito da tarifa da água e estendemos este apoio às famílias dos bombeiros; mantemos o apoio aos idosos; o apoio às famílias na habitação com a possibilidade de apoio de 100 euros em 3 meses em cada ano; o mesmo valor para o apoio à saúde (tendo que apresentar faturas de despesas de saúde); outra novidade é o apoio às famílias na área do consumo energético com a possibilidade de apoio em 50 euros em 3 meses. O pacote fiscal mantém-se mais ou menos nas mesmas condições dos anos anteriores.

O quadro de minorantes, que também nos permite que este ano tenha alterações, nos anos anteriores este quadro era feito em percentagem, agora é com redução fixa, dependendo do número de dependentes, introduziu-se também a minoração para prédios arrendados, com o intuito de criar maior apetência da parte dos senhorios para o arrendamento. O município apresentou uma redução no IMI de 20% para quem fizer arrendamentos dos prédios. Também redução para os prédios considerados de interesse público. Mantem-se o protocolo de apoio ao empreendedorismo - Melgaço Financia.

Terminada a intervenção do Presidente da Câmara solicitou a palavra o deputado Jorge Ribeiro para dizer que relativamente aos impostos, ao IMI, no caso dos prédios urbanos que mantem os valores do ano anterior e o IRS que mantém a taxa máxima. Em anos anteriores temos vindo a salientar e a prever, através da auscultação aos nossos vereadores, que se tentasse um esforço no sentido de mostrar como é vulgarmente chamado em alguns municípios, que o município é amigo das famílias, não só pela força da redução das taxas das famílias numerosas, mas também dando sinais daquilo que é a atividade fiscal que está ao dispor dos municípios, passando pela fixação de taxas de IMI mais favoráveis e também na taxa variável de IRS ser devolvido algo às famílias.

Uma vez que, já estamos fora do PAIAL, deixámos de estar resgatados, qual é a razão para manter a taxa máxima de IRS, ou seja; enquanto noutros municípios as pessoas vêm na sua liquidação de IRS uma redução por força do benefício fiscal, que pode ir até aos 5% nalguns casos, nós mantemos a taxa máxima.

Seguidamente, usou da palavra o deputado José Albano Domingues, para dizer que não são contra, no geral, das medidas do plano de desenvolvimento sustentável e solidário, mas contra algumas em particular. Concordando com as taxas de incentivo à natalidade, assim como que

parte desses incentivos sejam despendidos no comércio local, como forma de fomentar o desenvolvimento e o crescimento desta atividade. Os apoios à infância são exíguos, fazendo um paralelismo com os incentivos à formação, que tem menor número de pessoas e podendo-nos orgulhar que somos dos municípios do País que temos mais alunos, mais gente Licenciada no Ensino Superior. Mas temos incentivos à formação em 32 mil euros e apoios à infância em cerca de 8 mil euros. Achando que é pouco, daí a chamada de atenção que este Plano fica muito aquém, do que seria espetável. Relativamente ao apoio aos casais jovens: ou não parece que haja casais jovens no concelho, o que não parece que vá de encontro à realidade; ou se os há não necessitam deste tipo de apoio ou o mesmo não terá sido devidamente divulgado. Outro apontamento é que deveriam ser reforçados os apoios e incentivos à natalidade.

Particularizando em relação aos bombeiros, existe uma dificuldade muito grande em buscar voluntários e novos elementos para o corpo de bombeiros. Está prevista uma medida que para eles é manifestamente curta que é o apoio no consumo de água. Já foi feita uma proposta exaustiva da parte dos vereadores da oposição, em relação aos bombeiros, achando que algumas dessas medidas deveriam ser contempladas no plano. A questão das taxas de isenção e edificação, estando a falar do acesso gratuito dos bombeiros e seus descendentes às infraestruturas designadamente de lazer e desportivas ou do município, assim como na atribuição de bolsas de estudo.

A Presidente da Assembleia questionou o Presidente da Câmara se queria esclarecer algum dos pontos abordados pelos deputados, assim sendo tomou da palavra dizendo, relativamente à questão dos munícipes terem ou não acesso a estas informações, que todos os anos se procura fazer essa divulgação, para que as pessoas tenham noção de quais são os instrumentos que existem; tendo consciência de que, há pessoas, que não sabem que existem.

Competindo aos vários atores do município, os presidentes das Juntas de freguesias, as instituições, os serviços da Câmara fazerem um trabalho proactivo dando nota dessas regalias.

Este quadro apresentado é por ventura criticado, às vezes por ser escasso, mas a verdade é que alguns estudos dão nota de que somos pioneiros em muitas das medidas plasmadas neste quadro. Relativamente ao quadro fiscal, questão colocada pelo deputado Jorge Ribeiro, informou que o Município ainda não saiu do PAIAL, porque ainda não o pagou, deixou de estar é sujeito às restrições que ele impunha. Quanto ao IMI continuamos a ser equilibrados. Não estamos no limite mínimo e que menos pesa para as famílias, mas também não estamos muito longe do limite máximo que é estabelecido para esta natureza que é o que os municípios utilizam, infelizmente porque têm necessidade. Achamos que se devem manter estes valores para continuar a ter equilíbrios importantes na tesouraria da nossa autarquia. O mesmo em relação ao IRS. Não estando a pesar muito às famílias com estas medidas. Quanto à questão dos bombeiros, a questão que colocou tem a ver com a construção, reabilitação e isenção de taxas. Muitos deles já estarão contemplados com isso, sobretudo os mais novos. Não pela medida específica para os bombeiros, mas pela medida para os casais até aos 35 anos, estando aí incluídos. No que diz respeito ao acesso aos equipamentos, os bombeiros já hoje têm acesso livre ou em condições muito favoráveis a certos equipamentos no nosso município. Há um protocolo com a associação de bombeiros, que lhes permite acesso às piscinas. Já existe uma série de medidas que dão apoio aos bombeiros e outras entidades. No apoio à formação mantivemos, o mesmo que em anos anteriores.

Solicitou da palavra o deputado Pedro Silva, dizendo que na sua opinião o plano teria duas vertentes: a social e a de desenvolvimento. Ao nível do desenvolvimento é fraco e carece de medidas ambiciosas. Seguidamente usou da palavra o deputado Jorge Ribeiro, para dizer que relativamente ao IRS, que o senhor presidente falou do equilíbrio, que não poderíamos apresentar uma fatura pesada; é preciso ficar bem claro que nós estamos a aplicar a taxa máxima, aos residentes em Melgaço. Realçando para que constasse em ata, que “não lhes

parece de todo, que este esforço exigido aos trabalhadores melgacenses, possa vir de encontro aquilo que desejariam que é atrair mão –de- obra e trazer gente para trabalhar em Melgaço”. O Presidente da Câmara retomou da palavra para referir que esta tabela de IRS pesa mais nas famílias que têm rendimentos mais altos. É na classe média-alta que ela pesa mais. É um esforço que continuamos a pedir e do qual não podemos abdicar.

A Presidente da Assembleia levou o assunto a votação tendo sido aprovado por maioria, com 6 votos contra do Grupo da Coligação PPD-PSD/CDS-PP.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia, propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Os grupos parlamentares do Partido Socialista e da Coligação PPD-PSD/CDS-PP declararam que iriam apresentar declarações de voto.

Assunto nº18	Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018
---------------------	--

A Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Presidente da Câmara para, se o entendesse, esclarecesse algum ponto com mais detalhe sobre a informação enviada aos Deputados Municipais.

O Presidente da Câmara começou por referir, que o documento foi enviado com a devida antecedência a todos os deputados. Informou, que no próximo ano, procurar-se-á ter um orçamento que permita, fazer investimento e recuperar uma caminhada de investimento público que é importante para o Município, procurando que seja devidamente distribuído, territorialmente. Pretende-se, ainda, que seja um investimento que capacite e estimule o investimento privado. Relativamente a números, a previsão para o orçamento é de cerca de 19 milhões e meio de euros. Quanto à despesa corrente, o quadro permite dar nota que temos uma despesa de pessoal na ordem dos 5 milhões e as restantes componentes de despesa, a de aquisição de bens e serviços tem aqui também um peso na ordem dos 4 milhões.

Nas grandes opções do plano para o próximo ano, temos um conjunto muito alargado de obras, como o abastecimento de água e saneamento que tem um peso muito grande.

Muitas obras, para realizar no próximo ano. Dando nota que, em função do crédito, se iniciará o ano com um crédito a longo e médio prazo de 5 milhões e meio, terminando o ano com um valor aproximado de 4 milhões e meio. No mapa de pessoal, procuraremos no próximo ano, fazer os reforços absolutamente, essenciais em cada um dos serviços e em cada uma das divisões continuando aquilo que é a gestão apertada na área dos recursos humanos, procurando ajustar esses recursos às necessidades.

Terminada a intervenção do Presidente da Câmara usou da palavra o Deputado Pedro Silva, para referir que relativamente a este ponto há quatro eixos, que servem de alicerce, mas focando-se apenas em dois: educação e formação e desenvolvimento económico, para além de algumas dúvidas sobre algumas rúbricas e valores. Em relação à educação focalizou a EPRAMI, não sabendo que enquadramento a Câmara querará dar a esta Escola, já que até à data a mesma deu prioridade a cursos ligados ao Turismo e ao Desporto ao lazer. Do ponto de vista do seu grupo parlamentar, apesar de ser estratégico nestas áreas, há oportunidades que vão aparecer no futuro que levariam a mudar a repensar a EPRAMI e a formação dada aos nossos jovens. Dando como exemplo o grande investimento que o grupo PSA fez em Vigo na área automóvel, quase todos os concelhos do Alto Minho, estão a aproveitar este investimento e Melgaço não pode passar ao lado, criando condições para as empresas se instalarem, tendo mão-de-obra formada e especializada nestas áreas, dando oportunidade aos nossos jovens de cá se fixarem. Quanto ao desenvolvimento económico e sabendo que foi apresentado há algum tempo, um plano de desenvolvimento estratégico para o concelho, não consta no documento qualquer tipo de referência ao mesmo.

Relativamente à indústria, o documento diz que se vai apostar numa nova zona industrial, um objetivo para ser concretizado nos próximos anos e que trará capacidade de focalização às

empresas. Em termos de eficácia terá que se procurar investidores. Quanto aos números que aparecem nas grandes opções do plano, houve um grande investimento na área da iluminação pública neste mandato, estando mais 700 mil euros, para esta área questionando qual a necessidade do mesmo. Está também escrita uma série de investimentos em obras no parque termal, o que deixa a dúvida, sabendo que parte das terras estão concessionadas a uma empresa que faz a exploração do Parque termal.

Quanto ao orçamento, apresentou dúvida em termos de despesas correntes já que um quarto da despesa corrente está identificado como "outros"; em termos de transparência financeira deveriam estar especificados. O mesmo para a despesas de capital.

Seguidamente tomou da palavra o deputado José Albano, referindo que se deveria perspetivar a mais-valia e sinergia que é dada pelo ensino superior, para preparar os alunos, direcionando-os para a empregabilidade, reforçando a intervenção do deputado Pedro Silva relativamente ao Grupo PSA e acrescentando a plataforma logística de Salvaterra-Neves.

Relativamente ao orçamento solicitou que lhe fosse confirmado se muitas das obras, ou a maior parte delas que estão previstas nas opções do plano de atividades vão ser executadas, exemplificando: com a ecovia, com parque de campismo de Lamas de Mouro, requalificação da zona ribeirinha de Castro Laboreiro, entre outras, já que no orçamento se prevê mais de 3 milhões e meio de euros de financiamento a assegurar, e parte desse financiamento está descrito para essas obras. Temos que ser rigorosos e não estar à espera que haja elaboração de candidaturas e que sejam aprovadas pelo executivo para depois cabimentar receita para fazer face a estes investimentos. Se calhar, não existindo a certeza, a segurança desses investimentos, não deveriam estar aqui ou então contextualiza-los de outra forma. Relativamente à zona industrial de Alvaredo, será uma obra para concretizar nos próximos anos, questionando se o valor inscrito na rubrica é efetivamente para ser gasto no ano de 2018.

Um outro ponto que lhe suscitou curiosidade é a rubrica relativa ao pagamento de horas extraordinárias. Questionando o município sobre a sua necessidade e quais os funcionários que as recebem.

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, que começou por responder às intervenções feitas pelo deputado Pedro Silva, relativamente à EPRAMI; da qual o Município é proprietário, juntamente com os de Monção e Paredes de Coura. A escola, tem procurado investir, em cada um destes territórios, no sentido de abrir oferta que considera necessária para esses mesmos territórios e tem feito isso também de forma complementar. Falou aqui da questão da PSA, na formação na área metalomecânica, eletrónica, eletricidade. Ainda não tem essa formação, não tem em Paredes de Coura, mas tem em Monção. Parece que faz sentido, que a EPRAMI como um todo, tenha também esta preocupação de especialização, por vezes também não é possível ter tudo em todo o lado e sobretudo não é possível ter alunos, para tudo em todo o lado. Referiu que este ano a EPRAMI, lançou um desafio à escola C+S e também à Escola Superior e criou um curso na área do Desporto, que só acontece em Melgaço, porque é aqui que temos a Escola Superior de Desporto e Lazer, o que permitiu que viessem alunos de fora para Melgaço. Vieram cerca de 11 alunos, para fazer formação em Melgaço, na EPRAMI. É um pouco nesta lógica de complementaridade, que se vai construindo a EPRAMI. Exigimos que tenha presença, ousadia, que tenha vontade de construir; neste momento tem dois cursos a funcionar em Melgaço. Estando convencido, que continua a ser uma aposta importante para Melgaço e para todos os municípios que abraçaram este projeto. Quanto ao Ensino Superior e da lógica de empregabilidade a partir do ensino superior e da nossa escola, faz todo o sentido, que esta lógica, permita realçar as potencialidades do nosso território, e gente que é formada na área do desporto e lazer, possa agarrar e possa fazer trabalho no nosso território; criando empresas. Na questão do desenvolvimento económico é importante o investimento no nosso território, com a captação e criação de empresas nas várias áreas da economia Concretamente, a Zona industrial, está a ser trabalhada, o projeto está a ser elaborado, tendo a obrigatoriedade de um estudo de impacto ambiental, para que se possa depois fazer o investimento necessário

e aí ter mais condições. Quanto à PSA, é uma questão que não devemos esquecer. Recentemente falou com a empresa que está no nosso território-AFLEX, que informou que este ano passou de 50 a 90 trabalhadores, criando riqueza e postos de trabalho, sendo provável que no próximo, se possa criar mais cerca de 40 postos de trabalho, no nosso município, na área industrial. Relativamente à iluminação pública, no mandato anterior, fez-se um investimento, neste sentido o que permitiu reduzir a fatura do município. Vamos continuar a investir nessa área, por uma questão ambiental, mas também pela sustentabilidade das contas da Câmara Municipal.

Aproveitou para dar nota, que se está a fazer a renovação de frota no município, tendo em atenção, por um lado a oportunidade financeira que vinha do fundo ambiental e por outro lado a escolha de tecnologias amigas do ambiente, que permitem ter investido em 2 veículos integralmente elétricos.

Sobre o parque das Termas e o investimento que está considerado, no orçamento para o mesmo, há cerca de 2 anos, aproveitamos uma oportunidade do POCTEP e com os nossos vizinhos galegos, que têm um conjunto Termal muito grande, avançamos num projeto conjunto, a que se chamou - RAIA TERMAL. O projeto foi candidatado, tendo financiamento garantido, e é com base nele que teremos oportunidade de efetuar investimento, que considerámos importante, nas Termas. É o município que o irá fazer. Tinha que ser o município para ter a possibilidade de obter financiamento a 75% para este investimento.

Com este investimento poderemos fazer a requalificação de toda a zona arbórea do parque das termas, a requalificação do lago, sobretudo da comporta do mesmo, a requalificação da zona do parque de estacionamento e intervir na zona do atual minigolfe.

Haverá, também, uma plataforma de comercialização, transversal a todos os balneários, que estão neste projeto. São os balneários de Melgaço, Gerês, Lóbios, Moínhos, Bande e Cortegada. Quanto à questão das "outras despesas", no orçamento é preciso ser muito bem lido. O documento é extenso, tem 4 grupos diferentes, há quadros que são agregadores e há quadros que são muito mais exaustivos. "As outras" não escondem despesas, porque elas estão no quadro mais extenso absolutamente discriminadas.

Relativamente às obras, punham a questão se se realizam ou não. Se seríamos capazes de levar a cabo as obras que estão previstas. Há obras que estão afetas ao exercício de 2018 e havendo obras que estão abertas em rubrica, estão afetas só tangencialmente a 2018 e depois outras afetas também ao exercício de 2018, 2019, 2020, não pesando no orçamento de 2018. Quanto à Zona Industrial, está a andar de uma forma muito ligeira e simbólica em 2018, e depois está no resto dos exercícios 2019/2020. Significa que não está a pesar no orçamento, significa que por ventura não vamos ter condições para avançar com esta obra integralmente, já em 2018. Mas se houver hipótese de investimento, poderá ser recuperada, em revisão do orçamento para ser encomendada assim como, um conjunto de outras obras. Não é possível a uma câmara, ter um conjunto de intenções de investimento, sem as priorizar.

Outra questão tem a ver com as horas extraordinárias, os valores têm a ver com grupos de funcionários muito concretos e específicos. Um deles é o grupo de trabalho da divisão das obras e serviços urbanos, que é o piquete que está permanentemente em atividade 24 horas por dia, em sete dias da semana, 365 dias por ano para dar resposta urgente a qualquer situação que exista em qualquer ponto do nosso município; o outro grupo é o dos motoristas, que por vezes têm que fazer deslocações para fora do município, e para os quais temos que considerar essas horas extras. Em relação à aplicação de políticas das horas extraordinárias, temos rigor absoluto, com um dos grupos negociámos o valor mais baixo, de modo a estes valores não pesarem demasiado no nosso orçamento.

Em relação às execuções do Orçamento, têm sido exemplares. No ano passado, demos nota disso quando em abril apresentámos uma situação fabulosa. Acredito que este ano, não tenhamos a condição de fazer a uma evolução tão boa, mas estamos a fazer uma boa execução do orçamento. Procurámos fazer orçamentos o mais realista possíveis.

Terminada a intervenção do Presidente da Câmara a Presidente da Assembleia levou a proposta a votação, tendo sido aprovada por maioria, com 6 votos contra do Grupo da Coligação PPD-PSD/CDS-PP. Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia, propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Os Grupos parlamentares do Partido Socialista e da Coligação PPD-PSD/CDS-PP, informaram que iriam apresentar declaração de voto.

Assunto nº19

Intervenção do Público

A Presidente da Assembleia questionou se, alguém do público queria colocar alguma questão, não tendo havido nenhuma intervenção.

E nada mais havendo a tratar, quando eram treze horas e trinta minutos, foi a reunião encerrada pela Senhora Presidente da Mesa, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos
Membros da Mesa

Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves
Presidente da Mesa da Assembleia

António Manuel Domingues
Secretário da Mesa da Assembleia

Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues
Secretário da Mesa da Assembleia

Reunião da Assembleia Municipal de 25 de Novembro de 2017

Assunto: Aprovação do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS)

DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DO PARTIDO SOCIALISTA

Votamos a favor deste ponto da ordem de trabalhos, porque com a apresentação do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário para 2018, a autarquia pretende continuar a apostar num desenvolvimento sustentável e solidário para o Concelho, levando, ainda, mais longe um conjunto abrangente e coerente de políticas sociais.

São medidas que intervêm desde a natalidade até a terceira idade, passando pela ajuda aos casais jovens e criando, também, incentivos e isenções que visam aprofundar a política de fixação de população.

De realçar que foram acrescentadas novas medidas que reforçam os apoios que já vinham a ser dados até ao momento.

Os bons resultados obtidos, nos diversos anos de aplicação deste Plano são garantia que, pese as dificuldades que o país atravessa, estas medidas, de cariz humano, solidário e social, continuarão a ajudar as famílias Melgacenses a acreditar que é possível melhorar a qualidade de vida e, conseqüentemente, continuar a desenvolver o Concelho.

O Grupo do Partido Socialista



Reunião da Assembleia Municipal de 25 de Novembro de 2017

Assunto: Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018

DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DO PARTIDO SOCIALISTA

É gratificante para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista verificar que o Plano e Orçamento, apresentado nesta Assembleia Municipal, vêm de encontro às grandes linhas de atuação anunciadas pela maioria socialista seguindo, assim, uma tónica de verdade e seriedade que tem sido “marca” dos socialistas melgacenses.

O Plano e Orçamento para 2018, no montante de cerca de 19 milhões e quinhentos mil euros, alicerçado numa carteira de obras e projetos concretos e dinamizadores, demonstram o trabalho responsável e dinâmico da autarquia.

Analisando detalhadamente as Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal de 2018, somos da opinião que, as mesmas, reflectem uma constante preocupação com o desenvolvimento integrado de Melgaço e com o bem estar das famílias.

De facto trata-se de um Plano que abrange as mais diversas áreas do desenvolvimento e da economia concelhia, indo desde o planeamento e ordenamento do território até ao desenvolvimento económico, passando pela cultura, pela formação/educação e pelo desporto, abrangendo, também, áreas tão importantes como o abastecimento de água, o saneamento básico e a melhoria da rede viária e não esquecendo a política social, uma das grandes prioridades da autarquia.

Não poderíamos, por último, e por uma questão de justiça, referir também a intenção e, mesmo, a preocupação do executivo em trabalhar em parceria com as Juntas de Freguesia, trabalho esse que tem dado os seus frutos, em prol da população do concelho.

Por tudo isto o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente os documentos apresentados.

O Grupo do Partido Socialista

**Grupo Parlamentar
Coligação Prá Frente
Melgaço**



DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DA COLIGAÇÃO PPD/PSD-CDS/PP RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº "8." DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 25/11/2017

("Lista de prédios urbanos degradados no concelho de Melgaço")

Relativamente ao ponto 8 da ordem do dia da reunião ordinária de 2017.11.25, referente à lista de prédios urbanos degradados no Concelho, para efeitos do nº.8 do artº. 112 do CIMI, o Grupo Municipal da coligação PPD/PSD, CDS/PP - Prá Frente Melgaço, apresenta a presente declaração de voto vencido.

- A aprovação da listagem em questão vai ter impacto direto na economia das famílias Melgacenses. Neste sentido dever-se-ia ter especial cuidado na apreciação da mesma.
- O nº.8 do artº. 112 do CIMI deixa bem claro que a majoração da taxa se aplica a prédios que pelo seu estado de conservação não cumprem satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens e apenas a estes.
- Assim impunha-se perceber as seguintes questões inerentes à listagem apresentada:
 1. Os asteriscos colocados à frente das classificações de alguns dos prédios deveriam remeter-nos para uma legenda, a qual não aparece em toda a listagem, não se percebendo por isso qual a chamada de atenção pretendida (prédios nºs 1 e 2 da listagem em votação)?
 2. Como podem os terrenos para construção cumprir os critérios estipulados no supra citado nº 8 do artº 112 (prédio nº.277 da listagem em votação)?
 3. Como pode um imóvel pode ser, ao mesmo tempo, classificado como prédio com condições de habitabilidade e reunir os critérios estipulados no supra citado nº 8 do artº 112 (prédios nºs 12, 60, 61... da listagem em votação)?

**PRÁ
FRENTE
MELGAÇO**



**Grupo Parlamentar
Coligação Prá Frente
Melgaço**

Handwritten signature in blue ink.

4. Como pode um prédio reconstruído, ainda que sem licença, ou com licença caducada, reunir os critérios estipulados no supra citado nº 8 do artº 112 (prédios nºs 15, 171, 174, 268 da listagem em votação)? Importa salientar que a letra da Lei é clara e não refere se a situações de direito, à existência ou não de licenças. A Lei apenas refere a situação física dos prédios. Portanto se estão reconstruídos não podem constar desta listagem, independentemente de terem ou não licenças válidas.

Pelo exposto, atendendo á falta esclarecimentos ou a explicações nitidamente insuficientes e considerando o impacto que tal listagem terá no bolso dos proprietários não poderemos votar favoravelmente a aprovação desta listagem de prédios urbanos degradados no concelho de Melgaço, pelo que o nosso voto é contra.

O Grupo Municipal da Coligação “Prá Frente Melgaço”

**Grupo Parlamentar
Coligação Prá Frente
Melgaço**



DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DA COLIGAÇÃO PPD/PSD-CDS/PP RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº "14." DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 25/11/2017

("GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2018")

A nossa desilusão para com o documento "Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018" foi, temos de confessá-lo, grande.

Efetivamente, logo na primeira folha (páginas 1/20 da "Introdução") lemos algo tão expectavelmente promissor quanto o que seguidamente transcrevemos:

- *"As grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Melgaço para o ano de 2018 têm por base a atual conjuntura económica do país com a alteração do paradigma de recessão-estagnação vivido num presente recente" (querendo-se dizer, seguramente, num "passado recente");*

- *Sabe-se que a economia portuguesa tem vindo a reforçar o ritmo forte ... alcançando os valores de crescimento económico mais positivos dos últimos 10 anos";*

- *"Atualmente Portugal é um país melhor. Um país que alterou o seu rumo porque colocou em primeiro lugar as pessoas..." (defesa das pessoas, em primeiro lugar, que é algo que nos é, a nós, Coligação, perfeitamente familiar e querido);*

- *Sendo "...neste contexto... e com esta visão que o Executivo Municipal pretende avançar no próximo ano com a concretização de investimentos integrantes de uma carteira de projetos, devidamente estruturados, para o desenvolvimento do nosso concelho em diversos âmbitos".*

Ora, independentemente da, já costumeira, discussão acerca de quem provocou ou não a recessão, de quem trouxe o FMI a Portugal, e de quem tirou o país do "lodo", ou, de outra banda, da pertinência (ou não), ou da maior, ou menor, propriedade das afirmações acabadas de transcrever (atinentes à

**Grupo Parlamentar
Coligação Prá Frente
Melgaço**

dinâmica da economia nacional), mais a mais se tivermos presente que estamos a tratar do Plano de Atividades e Orçamento do Município de Melgaço, a verdade é que tudo quanto se lhe segue se nos afigura uma “mão cheia de nada”.

Repare-se que, não obstante todas as expectativas criadas, mercê do teor daquele introito ou introdução, os números finais do Orçamento para 2018 (quer do lado da receita, quer do lado da despesa) são inferiores aos do Orçamento de 2017.

Depois, verificámos que o Plano de Atividades e Orçamento não contempla ou plasma os contributos (que reputamos por diversificados e muito importantes) que foram aportados pelos Vereadores da Oposição (ouvidos, ao abrigo do chamado “Orçamento Participativo) para a elaboração de tal documento.

Temos, por outro lado, presente que grande parte das obras aí previstas, como seja o caso da “Ecovia “Onde Portugal Começa”, da “Requalificação do Parque de Campismo de Lamas de Mouro”, da “Requalificação da Zona Ribeirinha de Castro Laboreiro”, da “Requalificação da Casa da Cultura de Melgaço”, da “Reconstrução do “Cine Pelicano”, da “Valorização do Castelo de Melgaço”, e do projeto da “Rede Municipal de Trilhos Pedestres e Cicláveis”, ficam completamente dependentes da aprovação de projetos candidatados ou a candidatar a Fundos Comunitários, o que significa que, acaso não haja Fundos Comunitários, ou os projetos não venham a ser aprovados, não haverá obra.

Aliás, no documento submetido à discussão e aprovação pela Assembleia Municipal, admite-se, expressamente, e em diferentes contextos, que quanto a tais projetos, mormente “Requalificação da antiga Escola Primária da Vila, da Piscina Municipal, do Mercado Municipal, do antigo Cine Pelicano e da Casa da Cultura”, *“serão tomadas as devidas diligências de pesquisa para obtenção de financiamento de Fundos Comunitários para a concretização das mesmas”* (v. página 9/20 da rubrica “Obras e Melhoramentos na Zona Urbana e Rural).

No mesmo, referenciado, documento, admite-se, de resto, que *“No que respeita à receita prevista em candidaturas a Fundos Comunitários, estes contemplam ... candidaturas por aprovar. Alerta-se para o*

**PRÁ
FRENTE
MELGAÇO**



Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço

facto de as mesmas poderem não ser aprovadas, e inviabilizar assim os projectos, que lhe deram origem".

E se assim é, ou seja, se não há a certeza do financiamento, para quê estar a iludir os Melgacenses com um rol de obras desta natureza?

O tempo é de agir (e não de pré-anunciar um vasto leque de intenções).

O que acaba de se dizer vem reforçado com um outro facto, expressamente resultante do documento em questão. É que no "Financiamento do Plano", sob os pontos "2.4" e "3", consta, como "Financiamento não definido" e "Financiamento a Assegurar", a verba de 3.504.522,00 €uros. Trata-se das verbas a receber, previsivelmente, dos Fundos Comunitários. Sendo um valor tão considerável, e não havendo uma qualquer certeza da aprovação das candidaturas, não será que ao fazer uma previsão de tão considerável montante se não está a trabalhar com valores orçamentados que se podem revelar de meramente virtuais?

Num documento como o em questão tem de se pugnar pelo rigor e seriedade no que à execução do que aí vem previsto concerne, sob pena de continuarmos a assistir a algo que já vem sendo incontornável nos orçamentos dos últimos anos no Município de Melgaço – Orçamentos com valores perfeitamente empolados e com baixíssimos níveis de execução do lado da despesa de capital (ou despesa de investimento).

Repare-se que no corrente ano de 2017 a execução orçamental, do lado da despesa de investimento, de acordo com os dados que o senhor Presidente da Câmara juntou com a informação escrita presente à Assembleia Municipal, desde 1 de janeiro até 15 de novembro de 2017 se situa nos 29,77%, ou seja, numa taxa de execução inferior a 30%, menos de 1/3 do que estava previsto no Orçamento para 2017.

Contra factos, contra números, não é fácil esgrimir argumentos.

Preocupa-nos sobremaneira que uma obra, que reputámos de infraestrutural e verdadeiramente necessária, a da nova Zona Industrial, ou do alargamento da existente, que anda a ser falada pelos

PRÁ
FRENTE
MELGAÇO



Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço

sucessivos executivos camarários do PS desde há mais de 12 (doze) anos a esta parte, mas que ainda não saiu do papel, seja falada nas Grandes Opções do Plano e Orçamento como “...um objetivo para concretizar nos próximos anos...” (v. último parágrafo de fls. 2/20 da rubrica “Desenvolvimento Económico”).

Para bem se poder constatar a irrealidade do que nos vem “prometido” a este nível basta atentar em que, neste próximo ano (de 2018) se prevê gastar, nesta obra ou projeto em concreto, apenas 1.000,00 €uros (num total, plurianual, previsto, de 3.002.000,00 €uros). Quantos mais anos teremos de esperar pela concretização ou implementação desta tão importante obra senhor Presidente?

Por outro lado, como bem lembrou o deputado da Assembleia Municipal eleito pela Coligação, Pedro Silva, é fundamental que o Executivo Camarário não esteja à espera que os investidores lhe venham bater à porta, indo de encontro às oportunidades, lembrando, neste campo, que é preciso pensar em redirecionar os cursos e níveis de ensino existentes no Município para uma perspetiva (prática) de empregabilidade (mormente nas áreas da industria automóvel, metalomecânica, eletricidade e eletrónica), e prestar atenção aos grandes investimentos, e plataformas de investimentos, que se divisam nas proximidades geográficas, como é o caso do investimento previsto pelo Grupo PSA, em Vigo (640 milhões de euros a investir até 2020 e criação e 8.000 postos de trabalho direto e de 19.000 de trabalho indireto) e, bem assim, da Plataforma Logística de Salvaterra-As Neves, que possam aportar oportunidades de investimento a sedear no nosso concelho.

A pergunta feita pelo dito deputado, questionando onde está plasmado no documento das Grandes Opções o Plano de Desenvolvimento do Concelho que foi contratado à empresa “Ad QuadratumArquitectos”, e que custou cerca de 60.000,00 €uros, e se existe alguma medida do mesmo aí inscrita, ficou, nas subseqüentes explicações prestadas pelo senhor Presidente, sem qualquer resposta.

A Coligação PPD/PSD-CDS/PP quer um concelho de futuro, que saiba o seu papel, que aposte no empreendedorismo, nas novas tecnologias, nas novas formas de fazer negocio, na aproximação à Galiza, que mostre um caminho aos Melgacenses e a quem para cá queira vir viver e investir.

PS
obst
A

**Grupo Parlamentar
Coligação Prá Frente
Melgaço**

Surpreende-nos, por outro lado, que num orçamento que, do lado da despesa, prevê um gasto de 19.590.610,00 €uros estejam previstas transferências, no ano de 2018, para o total das Juntas de Freguesia, de apenas 230.000,00 €uros (50.000,00 € + 180.000,00 €, conforme fls. 9/12 e 10/12 do “Orçamento Para o Ano de 2018 – Despesas”). Se dividíssemos esse valor total, irmãmente, pelas treze Juntas de Freguesia, resultaria uma fatia de 17.692,30 €uros para cada uma delas, ou seja, 1.474,36 €uros por mês, valor este que daria, talvez, para suportar o pagamento com um funcionário ao serviço (remuneração, segurança social e seguro laboral). Estamos a falar de somente 1,17% do total do Orçamento Municipal para as Juntas, muito pouco, sem margem para dúvidas.

É pelo exposto que não nos cansámos de dizer que as Juntas de Freguesia continuam a ser o parente pobre da Câmara Municipal de Melgaço.

Num outro patamar, não poderíamos dilucidar do Orçamento o pedido da contração de mais um empréstimo bancário, no valor de 600.000,00 €uros. Não se olvidando que, conforme justificação apresentada pelo Executivo PS, tal empréstimo pode ser um instrumento para fazer face a dificuldades de tesouraria e/ou à sazonalidade das receitas, e que tem de ser pago até ao final do exercício, a verdade é que demonstra que o planeamento (do lado da receita) não foi o melhor, mais a mais tendo presente que estamos a falar da receita para o próximo exercício anual (de 2018).

Acresce que, o Executivo Camarária já sabia, de antemão, que há receitas, como as provenientes do IMI e do Parque Eólico, que não são recebidas com regularidade, ao longo do ano.

Defendemos que a contração de empréstimos não pode ser vista como um instrumento de gestão de tesouraria (quando muito justificar-se-ia em casos, pontuais, de necessidade de fazer face a investimentos de elevada envergadura e execução plurianual, o que não é, claramente, o caso).

E entendemos que, quando tanto se apregoa o rigor nas contas, a cultura governativa com critério, a contenção do lado da despesa, e um trabalho sério ao nível do saneamento financeiro, como tem vindo a ser repetido pelo senhor Presidente da Câmara, não se pode conceber o recurso a empréstimos bancários como forma de superar pontuais constrangimentos de tesouraria.

**PRÁ
FRENTE
MELGAÇO**

PSD

**Grupo Parlamentar
Coligação Prá Frente
Melgaço**

É pelas razões expostas que votamos contra.

Uma nota final (que não é, há que ressalva-lo, dirigida a um qualquer vereador ou deputado municipal) apenas para lembrar (a alguém que porventura ande mais distraído, ou tenha por hábito falar do que desconhece) que um documento como seja o das Grandes Opções do Plano e Orçamento (mesmo que se trate do Orçamento de Estado) é votado no seu todo, não se podendo votar favoravelmente uma parte das medidas, dos investimentos e das cabimentações nele previstas e desfavoravelmente outras, razão pela qual vir-se dizer, critica e bacocamente, que alguém votou contra a medida A ou B, particularizando-as ou individualizando-as, sem trazer à colação o remanescente do conteúdo do documento, e sem aportar para a discussão as razões apresentadas para esse sentido de voto, é, mais que demagogia, intentar brincar com a inteligência de todos aqueles que julgam com espírito crítico e que sabem como estas coisas verdadeiramente funcionam.

O Grupo Municipal da Coligação “Prá Frente Melgaço”



**PRÁ
FRENTE
MELGAÇO**



**Grupo Parlamentar
Coligação Prá Frente
Melgaço**

DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DA COLIGAÇÃO PPD/PSD-CDS/PP RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº “6” DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 25/11/2017

(“Eleição dos representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Trânsito e Estacionamento”)

Relativamente ao ponto 6 da ordem do dia da reunião ordinária de 2017.11.25, referente à eleição dos representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Trânsito e Estacionamento, o Grupo Municipal da coligação PPD/PSD, CDS/PP - Prá Frente Melgaço, apresenta a presente declaração de voto.

A tradição democrática da Assembleia Municipal de Melgaço dita que, sempre que se verificam eleições de listas de representantes deste órgão, seja em comissões ou qualquer organismo, se respeite a composição do mesmo. Ou seja, na composição da lista a apresentar, os grupos parlamentares entendem-se no sentido de integrar elementos de ambos, perseguindo assim a desejada representatividade, traduzindo assi aquilo que foi a vontade do eleitorado expressa nas urnas.

Essa prática democraticamente saudável, a manter-se, faria com que a elaboração da lista dos representantes em questão, com dois efetivos, pudesse integrar um elemento de cada um dos grupos parlamentares. Era esta a nossa expectativa e aguardávamos o convite do líder da bancada do Partido Socialista, no indicarmos um nome para integrar a lista, sublinhamos, mantendo a prática deste dos nossos antecessores neste órgão e nestas funções.

**PRÁ
FRENTE
MELGAÇO**



**Grupo Parlamentar
Coligação Prá Frente
Melgaço**

Infelizmente, por algum motivo que desconhecemos, não foi esta a posição assumida pelo grupo parlamentar socialista, fazendo com que a lista única apresentada contenha apenas elementos daquele grupo, ferindo assim o princípio da representatividade e, desse modo, o espírito democrático que deve nortear a nossa atuação.

Pelo exposto, não poderemos votar favoravelmente, pelo que o nosso voto é contra.

O Grupo Municipal da Coligação “Prá Frente Melgaço”

**PRÁ
FRENTE
MELGAÇO**



**Grupo Parlamentar
Coligação Prá Frente
Melgaço**

DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DA COLIGAÇÃO PPD/PSD-CDS/PP RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº "13." DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 25/11/2017

("PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO")

O voto contra, do Grupo de deputados da Coligação "Prá Frente Melgaço" nesta Assembleia Municipal, não se prende, de modo algum, com o facto de estarmos contra as medidas que em tal documento vem plasmadas.

O nosso desacordo reside, antes, no facto de tais medidas ficarem, a nosso ver, muito aquém daquilo que seria o desejável, o expectável e o necessário (para além de que nada de significativamente inovador aportam para o exercício temporal que se avizinha).

Entendemos que as medidas de apoio à natalidade, num concelho onde é notória a curva demográfica descendente, e estatisticamente conhecida a baixa natalidade (de resto, bem patente no último quadro de fls. 1 da "Informação Interna", o qual também traça um paralelismo com a taxa de natalidade de Viana do Castelo, da região do Minho-Lima, e do total nacional, colocando-nos na cauda no que toca a nascimentos) deveriam, obviamente, ser reforçadas.

Por outro lado, e não obstante sermos a favor da manutenção dos apoios em prol da formação, constatámos que os apoios à primeira infância (que no ano de 2016 foram no valor de 12.290,35 € e que no corrente ano de 2017 - até setembro - se quedaram em 7.865,00 €), ficam muito abaixo dos incentivos à formação (que no ano transato ascenderam a 32.863,00 €), entendendo nós que também os da infância deveriam ser significativamente reforçados.

**Grupo Parlamentar
Coligação Prá Frente
Melgaço**

Acresce que, no particular do apoio aos jovens casais, constata-se que desde o ano de 2011 e até setembro de 2017 foram concedidos zero apoios. Não se querendo acreditar que o Município não albergue qualquer casal jovem, ou que todos os que aqui residem tenham uma situação económico-financeira tão benéfica que seja de molde a poderem prescindir da isenção das taxas de edificação, resta-nos concluir por uma de duas possibilidades: ou os jovens não estão a construir em Melgaço (preferindo ir construir ou adquirir casa a outras paragens, como seja o vizinho concelho de Monção, o que nada abona a favor das políticas do Executivo Camarário, por incapacidade de fixar a população) ou então a medida em questão não se mostra devida e suficientemente divulgada pelo Município.

Essa capacidade de se combater a desertificação humana (ou “despovoamento”, como se lhe queira chamar, diferenciação conceptual que se nos mostra perfeitamente estéril, tendo presente o que com o termo se quer significar) não pode deixar de passar pela adoção de outras medidas, de que o Executivo Camarário poderia lançar mão, e que contribuiriam, também de forma decisiva, para ajudar a fomentar a fixação da população no seio do concelho. Estamos a referir-nos, concreta e exemplificativamente, a medidas de ordem fiscal. E nestas não podemos deixar de referenciar a taxa do imposto municipal sobre imóveis (IMI), que a Coligação entende que deveria ser fixada, no tocante à taxação do património urbano (prédios urbanos), no mínimo legal de 3% (e não acima de tal percentagem, como vem proposto no documento em pronúncia).

Uma outra nota, ainda no campo fiscal, para a taxa de IRS, contendendo com o imposto sobre o rendimento dos Melgacenses, particularmente dos provenientes do trabalho. Também neste particular o Município deveria dar um sinal claro e positivo, no sentido de que está do lado dos residentes, ou de quem para cá pretender vir viver, prescindindo, no todo ou em parte, da participação de até 5% (de IRS), a que tem direito com relação aos sujeitos passivos que tenham o seu domicílio fiscal em Melgaço. É esta uma medida que tem sido usada, com sucesso, noutros Municípios do Alto Minho, e com menos desequilíbrios na pirâmide demográfica, ou menos dificuldades no estancamento da desertificação humana. E a verdade é que no documento em análise, desse percentual de 5%, vem proposto que o Município prescinda de zero. Se o fizesse o atinente valor iria reverter a favor dos Melgacenses. Repare-



**PRÁ
FRENTE
MELGAÇO**



Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço

se que o Município de Melgaço recebeu, no ano de 2016, a esse título (de transferência para o orçamento municipal), 184.837,00 €uros, montante que em nada se compara com outros que tem sido gastos em projetos ou eventos cujo interesse e impacto para os residentes se afigura bastante mais reduzido.

Sem querer ser exaustivos quanto às razões da nossa discordância, gostaríamos de particularizar, apenas, o caso dos Bombeiros Voluntários de Melgaço. De facto, o referido Plano (PDSS) prevê um apoio que se circunscreve a uma redução do tarifário relativo ao consumo de água (similarmente ao que acontece com as famílias numerosas), entendendo nós que se fica, também aqui, muito aquém daquilo que seria o desejável, mormente de forma a conseguir atrair para tal Associação Humanitária os voluntários e elementos de que a mesma notoriamente carece.

A este título relembramos que os vereadores da oposição apresentaram, em tempos, à Presidência de Câmara, um pacote de medidas que visavam reconhecer o mérito e o trabalho desempenhado pelos “Soldados da Paz”, e que passava, além de outros apoios aí previstos, pela isenção do pagamento de taxas de urbanização e edificação (construção, beneficiação e ampliação de habitação própria e permanente), aplicação de uma redução de 30%, não só nas tarifas de água mas também nas do saneamento e da recolha de resíduos sólidos urbanos, o acesso gratuito a instalações desportivas e a espetáculos culturais, a atribuição de bolsas de estudo, e a atribuição de distinções honoríficas por serviços relevantes e extraordinários prestados, no concelho, à causa humanitária.

É, também, entendimento do Grupo da Coligação na Assembleia Municipal que as medidas previstas no Plano, e outras que sugerimos, não podem ser perspetivadas de uma forma descontextualizada, ou desconjugadamente, de outras, que se afiguram bem mais estruturais (ou estruturantes) e que se revelam prementes, como seja a rápida construção de uma Zona Industrial (ou alargamento da existente) e uma política de, férrea, promoção e atração do investimento.

Uma referência final para as medidas previstas no Plano quanto ao apoio ao investimento – a isenção de derrama em sede de IRC e o programa “Melgaço Finicia” – que se revelam, a nosso ver,

**PRÁ
FRENTE
MELGAÇO**



**Grupo Parlamentar
Coligação Prá Frente
Melgaço**

manifestamente parcas e insuficientes, num concelho que, como é sobejamente conhecido, em muito carece de investimento.

O Grupo Municipal da Coligação "Prá Frente Melgaço"